



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 10/07/2009

LEI Nº 1674/2006

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, A QUE ALUDE O § 3º, DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COM A Redação dada pelas EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20, DE 15/12/1998 E Nº 37, DE 12/06/2002, QUE ALTEROU OS ARTIGOS 100 E 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTOU OS ARTIGOS 84, 85, 86, 87 E 88 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DÁ PRAZO A PAGAMENTO DAS JÁ INSCRITAS EM PRECATÓRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º ~~Para atendimento aos fins da Emenda constitucional nº 37 de 12 de junho de 2002, que alterou os artigos 100 e 156 da Constituição Federal e Acrescentou os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam definidas no âmbito deste Município, como obrigações de pequeno valor, aqueles que não ultrapassem a importância equivalente até 03 (três) salários mínimos nacionais, a que alude o § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. (Revogado pela Lei nº 1921/2009)~~

§ 1º As obrigações de pequeno valor compreendem as devidas tanto pela Administração Direta quanto pela Administração Indireta do Município e referem-se sempre ao valor total homologado no processo transitado em julgado ou no valor total do precatório expedido, independente do número de interessados e da prioridade de pagamento a lide processual.

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossos termos e condições.
§ 2º Para efeito de satisfação do requisito deste artigo, o valor a ser considerado será aquele da vigência do salário mínimo na data da protocolização do requerimento de pagamento, pelo credo, na procuradoria ou assessoria jurídica municipal.

Personalizar

Rejeitar

Aceitar todos

§ 3º Para a configuração do pequeno valor não importa o número de processos, mas sim o valor total do crédito do Requerente perante a Fazenda Pública Municipal, que será o resultado da soma de todos os processo, sendo vedado considerar valores em separado ou fracionados, com o objetivo de beneficiar-se desta Lei.

§ 4º Não será admitida também a cessão individual ou múltipla de parte ou partes do crédito à terceiros, pelo credor originário, com o objetivo de fracionamento, que vise frustrar os fins desta Lei.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, pendente de quitação até esta data ou doravante, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação de requerimento à Procuradoria e ou Departamento Jurídico do Município, mediante as seguintes condições, a serem satisfeitas pelo Credor Requerente:

I - o Requerimento de pagamento deverá ser obrigatoriamente instruído com a seguinte documentação:

- a) requerimento firmado pelo interessado ou seu procurador judicial;
- b) Certidão original expedida pelo Cartório ou Secretaria de Juízo originário, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, com cópia atualizada da conta, a data da sua homologação judicial, comprovando a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório;
- c) Xerox autenticada da sentença e/ou do título de crédito;
- d) Xerox autenticada do Acórdão, quando for o caso;
- e) Certidão Negativa expedida pela Divisão de Tributação ou Fazendária da Municipalidade, atestando inexistência de débito do requerente credor para com a municipalidade ou certidão positiva, se for o caso, indicando a natureza e o montante atualizado dos respectivos débitos do contribuinte.
- f) Para a verificação da caracterização da condição de crédito de pequeno valor, como definido no artigo 1º, §§ 2º e 3º desta Lei, o credor deverá apresentar Certidão do Cartório ou Secretaria do Juízo competente, descrevendo todos os processo em que figure como credor da Fazenda Pública Municipal, que tenham transitado em julgado, com a apresentação das respectivas contas judiciais atualizadas;

§ 1º O disposto nesta Lei aplica-se a qualquer débito que satisfaça os seus requisitos, notadamente quanto ao limite de valor estabelecido como de pequeno valor, tenha ou não havido expedição de precatório;

§ 2º Não se admitirá pagamento de diferenças de obrigações já quitadas pelo critério anterior à vigência desta Lei.

Art. 3º As obrigações já inscritas em precatórios e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta Lei, serão **valorizadas** por um prazo de (um) ano observada a ordem de protocolização, em registro próprio, da Procuradoria ou Assessoria Jurídica Municipal, a que se referem as regras do artigo 4º e seus dispositivos. [Personalizar](#) [Rejeitar](#) [Aceitar todos](#)

Art. 4º O requerimento deverá ser subscrito pelo titular do crédito ou seu comprovado representante legal e deverá ser objeto de protocolização em livro próprio de protocolo, aberto exclusivamente para

esta finalidade pela Procuradoria Jurídica Municipal e/ou Departamento Jurídico.

§ 1º Os pagamentos, dentro do prazo estabelecido nas Emendas Constitucionais que embasem esta Lei, deverão observar rigorosamente a ordem cronológica da data do protocolo, em livro específico.

§ 2º Terá preferência de pagamento os débitos de menores valores e, dentre estes os de caráter alimentar, considerados dentre aqueles devidamente protocolizados.

§ 3º Caberá ao Procurador e ou Assessor Jurídico da Municipalidade atestar a regularidade da pretensão do credor, conferindo os cálculos e a documentação apresentada, encaminhando o processo administrativo, devidamente autuado, para deferimento de pagamento pelo Exmo. Senhor Prefeito.

§ 4º O processo deverá ser instruído com levantamento da situação do credor requerente perante a Fazenda Pública Municipal, demonstrando sua regularidade ou a existência de pendências, com indicação da natureza e valores atualizados.

§ 5º No caso de verificação de qualquer irregularidade insanável, a Procuradoria ou Assessoria Jurídica indeferirá o plano o requerimento, dando baixa no protocolo e devolvendo ao interessado a documentação, ficando sem efeito a data da protocolização, para feito de contagem temporal e ou de cronologia, que só iniciar-se-á novamente, a partir do momento que o credor fizer novo protocolo, instruindo regularmente o requerimento.

§ 6º Sendo sanável a irregularidade o interessado será intimado para a regularização no prazo de 05 (cinco) dias, começando o prazo de 60 (sessenta) dias a ser novamente contado a partir da data em que houver a regularização.

§ 7º Decorrido o prazo sem regularização, será procedido na forma do § 5º anterior.

Art. 5º A Procuradoria Jurídica ou a Assessoria Jurídica Municipal, dentre os métodos de aferição da legalidade do requerimento de pagamento, deverá observar as diretrizes da Medida Provisória Federal nº 2.180-35 de 24 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 27/08/2001 e suas alterações e ou diplomas legais posteriores, que acresceu e alterou dispositivos das Leis nº s 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028 de 12 de abril de 1995, 9.494 de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429 de 02 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-LEI Nº 5.452 de 1º de maio de 1943, das Leis nº s 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e 4.348, de 26 de junho de 1964, e deu outras providências e principalmente sob os seguintes aspectos, que estabeleceram que:

a) Não serão devidos honorário advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas;

b) São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal ou pelo Juiz da Causa, de Ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios ou requisições de pagamentos antes de seu pagamento ao credor;

c) Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remunerarias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano;

d) A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, nas

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa Política de Privacidade

[Cancelar](#)

[Rejeitar](#)

[Aceitar todos](#)

defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator;

e) Nas ações coletivas propostas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembléia da entidade associativa que a autorizou acompanhadas da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços:

f) A sentença que tenha por objeto a liberação de recursos, inclusão em olha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Industrial e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.

g) Considera-se inexigível o título judicial fundado em Lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal;

h) Em face da nova redação dada ao artigo 741 da LEI Nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, pela LEI Nº 8.953 de 13 de dezembro de 1994, que acresceu-lhe um parágrafo único, considera-se também inexigível o título judicial fundado em Lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

Art. 6º No caso da Administração Indireta do Município, cabe a cada órgão a tarefa de identificar as obrigações de pequeno valor referidas nesta Lei, procedendo da mesma forma para efetivação dos pagamentos devidos.

Art. 7º Estando tudo regular e deferido pelo Exmo Senhor Prefeito, o pagamento deverá ser feito de cheque nominal ao Juízo competente a quem esteja afeto o processo, ao qual será o título encaminhado através de petição, com a anotação no verso do cheque, do número do protocolo e ou do processo administrativo e bem assim, a finalidade a que se destina, consignando-se o nome do credo destinatário do pagamento e expressamente o número dos autos judiciais.

Parágrafo Único - Quando do pagamento, deverá obrigatoriamente haver o desconto e ou a compensação, conforme o caso, em favor da Fazenda Pública Municipal, em forma de retenção dos valores correspondentes a débitos do credor requerente para o erário:

a) à título de ISSQN, quando cabível, nas hipóteses do artigo 156, Inciso III da Constituição Federal e segundo dispuser a Legislação Municipal;

b) à título de retenção do Imposto de Renda, na hipótese do artigo 158, Inciso I da Constituição Federal;

c) à título de qualquer outro débito, como IPTU, ITBI, Taxas e outros tributos previstos na legislação Municipal;

d) à título de INSS, quando for o caso, na forma da Lei.

Art. 8º Para suprir o disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43 da Constituição Federal, e no artigo 17 de maio de 1964.

Art. 9º Os pagamentos realizados nos termos desta Lei e demais normas que regem a matéria, oriundos

de pedido do credor ou, implicam na quitação integral das parcelas da execução.

Art. 10. São vedadas a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 11. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido nesta Lei, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista nesta Lei.

Art. 12 ~~Fica estabelecido um limitador equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, que será o teto que a Fazenda Pública pagará mensalmente a credores dos chamados débitos de pequeno valor, sendo que, atingido esse teto, automaticamente os credores haverá de receber seus haveres no mês seguinte, e assim sucessivamente, a fim de que não haja comprometimento aos serviços essenciais da administração, tais como saúde, educação e segurança, o pagamento da folha de pessoal dentre outros.~~ (Revogado pela Lei nº 1921/2009)

Parágrafo Único - este valor será atualizado anualmente todo dia 1º de janeiro de cada ano vindouro, com base no índice oficial que indicar a inflação acumulada nos últimos 12 (doze) meses, adotando-se como parâmetros aqueles divulgados pelo INPC/IBGE.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado, se entender necessário, a expedir Decretos regulamentadores da presente Lei e sua execução.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Jaguariaíva, em 18 de setembro de 2006.

PAULO HOMERO DA COSTA NANNI

Prefeito

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 26/07/2021

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa [Política de Privacidade](#)

Personalizar

Rejeitar

Aceitar todos